



MULHERES NO PODER LOCAL: CONQUISTAS, RETROCESSOS E DESAFIOS

BARBOSA, Claudia de Faria

*Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, professora da faculdade Ruy Barbosa – Grupo DeVry Brasil e pesquisadora dos grupos de pesquisa NPEJI-UCSAL-CNPq e FORTIS/UNEB-CNPq.
barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com*

RESUMO

Muito se fala das formas de aumentar a participação das mulheres no plano político. Nesse sentido, a pesquisa se deu na análise das experiências concretas dessas mulheres quando finalmente chegaram ao cargo eletivo local nos municípios do Estado da Bahia. Portanto, esta comunicação tem o objetivo de demonstrar parte das pesquisas que foram realizadas com estudos aprofundados no mestrado e doutorado, sobre as experiências de mulheres em diferentes municípios do Estado da Bahia. Problemática as questões: Quais mecanismos possibilitaram a chegada delas ao poder local? A chegada à posição de prefeitas as empoderou? Qual foi a contribuição dos movimentos femininos e/ou feministas? Os obstáculos têm a ver com o fato de serem mulheres? Suas experiências incentivaram ou não à continuidade da carreira política?

Palavras-chave: Poder Local. Mulheres. Relações de Gênero

ABSTRACT

Much is made of the ways to increase the participation of women in the political sphere. Accordingly, the trial took place in the analysis of concrete experiences of these women when they finally reached the local elective office in the municipalities of the state of Bahia. This paper aims to demonstrate that most of the research were carried out studies in the master's and doctoral degrees, about the experiences of women in different counties of the State of Bahia. Questions the questions: What mechanisms have enabled their arrival to the local authorities? The arrival of the mayors heading the empowered? What was the contribution of female and / or feminist movements? The obstacles have to do with the fact that they are women? Your experiences encouraged the continuation or not of a political career?

Key-words: Local Government. Women's

MULHERES NA POLÍTICA LOCAL

O processo de participação e representação das mulheres na política exige pensar para além da constatação de ausência/presença das mulheres no espaço da política formal representativa, além de intervenções alcançadas através de tensões e lutas nos territórios conquistados. Carece de atuações e construções quase que imediatas e cotidianas, ao mesmo tempo em que ranços e avanços se constituem e reforçam o processo do devir histórico. As



sociabilidades e lugares conquistados forjam e se transformam no espaço e tempo através das múltiplas interfaces que se aglutinam nesse processo marcado por diferenças sociais como classe social, gênero, raça/etnia, idade e geração em relações de micro poder.

Devido à escassez das mulheres nos cargos políticos é comum questionamentos acerca de suas participações políticas em situação de equidade sendo. Dessa forma, para conhecer o pensamento e a experiência vivida pelas mulheres, fui verificar *in loco*, através de uma elementar postura de pesquisadora.

A reflexão é sobre como as mulheres que se inseriram na política local lidam com as contradições dos mundos privado e público. Portanto, o objeto não se limita à atuação das mulheres na política, mas abrange a transposição, o caminho que percorrem em um momento de ruptura de papéis. O fato de eleger-se a um cargo de representatividade na política nem sempre traduz autonomia, tomada de consciência e “empoderamento”¹, pelo contrário, traduz e mantém os dilemas da reprodução social. É factível que as mulheres enfrentam os desafios, mas nem sempre conseguem trabalhar em favor da coletividade, sobretudo das pessoas que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade, utilizando suas influências para promover melhorias coletivas em vidas cotidianas. As bandeiras acerca dos Direitos Humanos que interferem diretamente na construção de um mundo em prol de justiça e liberdade sociais nem sempre são desfraldadas com a intensidade esperada. As práticas culturais discriminatórias saem do foco e nem sempre alcançam consciência no exercício da cidadania, nos espaços público e privado. A “douta ignorância” e a “ecologia dos saberes”² (SANTOS, 2010) são minimamente utilizadas para um germinar das ações afirmativas.

Com o intuito de investigar as questões elencadas, esta comunicação é fruto de estudos que buscaram identificar nas mulheres, prefeitas dos municípios do Estado da Bahia, 2005–2012, suas representações sociais e políticas. O problema da investigação é compreender aspectos fundamentais das relações familiares, sociais e de gênero que norteiam o sistema democrático sobre o qual se baseiam as instituições políticas. Com o propósito de ultrapassar a visão essencializada e naturalizada do papel feminino no espaço político, objetiva analisar

¹ Em português, a palavra “empoderamento” é um neologismo oriundo da expressão inglesa *empowerment* que deve ultrapassar o sentido de “dar poder” para a conquista do poder.

² Refere-se aos saberes que tenham legitimidade para participar de debates epistemológicos com outros saberes, considerando que todo conhecimento e toda ignorância são parciais: do “princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e disputa entre diferentes saberes” (SANTOS, 2010, p. 16).



como se dão as relações entre o público e o privado das mulheres que atuam na política, com a perspectiva de compreender como elaboram a consciência de si e para si.

METODOLOGIA E RESULTADOS DA PESQUISA: O LONGO CAMINHO DAS MULHERES

65

Ao analisar percepções e trajetórias entre o privado e público no longo caminho vivido pelas prefeitas, verifica-se as representações sociais (MOSCOVICI, 2009). Ademais, o contexto etimológico permitiu progredir na compreensão da essência do diálogo que focalizou no processo de pensamento e serviu de base para interpretações e não manifestação de ideias em si mesmas, colaborando em transformar o desdobramento coletivo do pensamento. Foi a ele, como tal, que foi dirigida a atenção. A partir da posição do pensamento intelectual, avançou-se em direção a um processo de reflexão, com base na ideia de que, do ponto de vista da História, uma grande parte do pensamento e linguagem humana são de origem coletiva. O indivíduo pode, deste modo, interiorizar a atitude dialógica antes de avaliar e decidir.

O “estudo de casos múltiplos” (YIN, 2010) atrelados a “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977) colaboram com uma contextualização e uma apropriação melhor do objeto de estudo, lembrando que a proposta metodológica não é mecanicista e instrumental/descritiva. O recorte da pesquisa em termos de grupos de informantes foram mulheres eleitas para o cargo de prefeita municipal, nos períodos de 2005-2008 e 2009-2012 nos municípios do Estado da Bahia. Elas provêm de meios e categorias diversas. Foram entrevistadas em profundidade, feito o cruzamento de dados dos casos múltiplos com informações indiretas, dados avaliados e pesquisados em instituições, a exemplo, prefeituras que administram, Tribunal Regional Eleitoral, jornais locais e regionais, entre outras fontes como revistas e internet, como elementos fundamentais nem sempre explícitos no texto para garantir a impessoalidade delas. O critério estabelecido para tomar parte foi de que estivessem no exercício do cargo, além de verificar a “política de presença” (PHILLIPS, 1996, p. 29) que é diminuta para garantir que as mulheres avancem em condições implicadas de equidade e de justiça social, que possam passar de sujeito invisível para protagonistas no processo político e social. À vista disto, a representação é evidenciada quando há mecanismos através dos quais as mulheres formulam suas próprias políticas e interesses. “Muitos dos argumentos para elevar o número de mulheres



precisam de um enfoque mais rigoroso”. Por outro lado, “a política de ideias” pressupõe que representantes com projetos possam defender as causas de pessoas diversas, sem necessariamente pertencerem a mesma categoria. Para se constituir espaços democráticos e públicos esses dois princípios democráticos devem convergir: a política de ideias e a política de presença. A participação das mulheres na política não visa somente suprir o interesse da categoria de se ver representada para que seus interesses sejam atendidos, mas abrange toda uma história de exclusão e de negação dos princípios da cidadania, que requer direitos e obrigações iguais para cidadãs e cidadãos. Nesse sentido, as mulheres tendem a alcançar o poder com presença, mas também com ideias.

Ademais, vale a ressalva que no momento histórico contemporâneo a “política de presença” é o ponto determinante. Contar com mais mulheres na esfera da política é o pressuposto da democracia atualmente, não somente porque é democrático e confere pluralidade de visões, mas porque permite que suas experiências sejam disseminadas na esfera política, estimulando pessoas anteriormente excluídas a atuarem em áreas diversas. A existência de categorias de diversos sujeitos sociais é essencial para ampliar a política de ideias. Contudo, isoladamente, a “política de presença” não é suficiente; é essencial que seja conectada a uma “política de ideias”, mulheres com consciência de gênero, aprofundamento da democracia e percepção de que a sociedade ainda privilegia os homens na atuação e nos processos de decisão. Conforme esclarece Phillips (1996, p. 289), “é na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não uma oposição falsa entre uma e outra”. Faz sentido a presença das mulheres na política como sujeito político que luta por melhores condições de vida para elas, com consciência do papel a desempenhar ao chegar aos espaços de poder e que exerçam sua cidadania nos espaços público e privado, fazendo valer o princípio da não discriminação.

Aquelas que abarcam o desafio de reivindicar valores igualitários e democráticos, assegurados na Constituição brasileira de 1988, se interessam em transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias em uma bandeira de luta contra a violência doméstica, familiar e de gênero; preocupam-se com a proteção dos Direitos Humanos e reconhecem que o seu “empoderamento” deve ser utilizado em favor de mulheres que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade para contribuir diretamente na construção de um mundo em prol de justiça e liberdade sociais. Parte do pressuposto que devem “exercer o direito de participar plenamente do processo de tomada de decisões públicas não é apenas uma questão de



justiça democrática, mas de inclusão social, de responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de todas as formas de discriminação” (BARBOSA, p. 26, 2010).

Ao prestar atenção às tensões associadas nas histórias, às intersecções entre relações familiares, percebe-se as marcas de gênero expressas no encontro entre o privado e o público, sobretudo no âmbito político. As sucessões políticas são privilegiadas nas relações de parentesco e de gênero, isso foi constatado a partir da reconstrução de parte da história pessoal delas, permitindo traçar matizadas percepções para compreender interesses e contradições, de forma a empreender o seu capital político. A participação deveria estar desvinculada dos laços de família e de parentesco” (ARENDR, 2007, p. 84). A crítica sobre essa associação decorre do perigo de valorização equivocada quando “vemos a família como estando acima da participação, quer dizer a participação ativa de uma pluralidade, começamos a desempenhar o papel de Deus, agindo como se pudéssemos naturalmente escapar ao princípio da diferenciação humana”. Esse status que emerge dos legados familiares é uma constante na política, sobretudo na baiana e brasileira em discussão.

A renovação é pautada na reprodução de ranços históricos. Neste caso, apesar de alguns estudos referenciam-se à entrada das mulheres na política, motivadas por um legado familiar, essa não é uma prática restrita a elas. Famílias políticas se reproduzem; não é um demérito nem merecimento exclusivo das mulheres. Se, elas são esposas, filhas, mães, noras, irmãs, sobrinhas, e afilhadas, os homens também são pais, filhos, genros, irmãos, tios, sobrinhos, afilhados. As elites se prosperam com uma constância na política brasileira, um legado cultural arraigado culturalmente. Persiste uma intrincada relação entre o poder político e o status social. Em muitos casos, os mortos continuam a dominar os vivos.

A distinção nas diversas formas como as mulheres abordam sua situação, refere-se à natureza diversa das relações de poder que emaranham os assuntos humanos. Isso equivale à diversidade de contextos que se apresenta nas relações cotidianas, considerando que não é possível supor que obstáculos ocorrem apenas devido às condições de sexo, mas também nas relações de classe. “Significa que avaliamos muito cuidadosamente as transformações na composição de classe e seu impacto sobre a conscientização das mulheres” (ROWBOTHAM, 1981, p. 107).

No poder executivo local, Blay (1979) definiu três situações típicas para descrever o perfil das mulheres no poder executivo local. Denomina de “prefeita coronel” aquela que assume a posição nos respectivos grupos familiares, nasceu ou passou a participar através do



casamento. A “prefeita esposa” é aquela casada com um político possuidor de liderança, que, por algum motivo, como inelegibilidade, situação partidária, entre outros, é impedido de ser candidato e ela o substitui, cumprindo uma determinação, não discute e acata como mais um papel a cumprir. E, por último, a “prefeita por iniciativa própria”, que é aquela eleita com as próprias condições, seja posição familiar, politização das competências ou trabalhos comunitários, consegue se destacar, sair da invisibilidade e construir uma carreira na política.

Na releitura de Barbosa (2008), para o Estado da Bahia, essas três situações já tomam proporções diferenciadas. A prefeita com característica exclusiva de “coronel” não foi detectada na pesquisa, a prefeita “esposa” está em fase de extinção, prevalecendo as candidatas esposas que são muitas, mas poucas conseguem se eleger, as que alcançam tendem a se metamorfosear em uma gestora de carreira através da experiência adquirida no cotidiano, da vivência com as situações burocráticas e de busca de aperfeiçoamento contínuo através de dedicação e estudo dos assuntos pertinentes. É evidente que, nesses últimos anos, muita coisa mudou.

Se, para Blay, preponderou uma “arraigada visão ideológica que supõe ser a política um reino masculino”. Hoje, é possível ouvir de uma mulher que sai vitoriosa nas urnas que: “A mulher pode!”. No entanto, nem todas podem. O “reino” não deixou de ser o que era, mas muito mudou dentro dele, entre permanências e rupturas, avanços numéricos são sentidos, mesmo que de longa duração, mas o efetivo “empoderamento” continua distante.

Costa (1998), em estudo sobre as prefeitas na Bahia, demonstra que, apesar delas se inserirem na política, não o fazem de maneira impulsionada pelos movimentos sociais, sobretudo pelo movimento feminista. Suas entradas são, na maioria das vezes, ocasionais e irrefletidas, com fortes ligações de parentesco; ademais os estereótipos e preconceitos são diversos. Verifica que a existência dessas intolerâncias é mais acentuada nos partidos políticos do que no seio do eleitorado. Nos diretórios partidários prevalece um processo “altamente elitista e autodestrutivo”, os partidos mantêm uma postura fechada e a lista de candidatos não atende às expectativas dos membros, são elaboradas em circunstâncias controladas pelos dirigentes. “Nesses partidos, os filiados não passam de simples ‘associados’, sem nenhum poder de decisão e controle. Apesar das denúncias o fato continua na pauta do dia. “TRE notifica partidos por descumprir cota feminina de 30% na Bahia (A TARDE, 20/07/2014). Além disso, não se podem esquecer os mecanismos perniciosos contidos na lei eleitoral”. Essa situação atribui-se às aberturas que existem na legislação, a qual exige, por exemplo, que haja



um percentual destinado às candidaturas femininas, no entanto, historicamente não há punições àqueles que não atendem às normas.

O partido constitui-se em um dos principais “instrumentos da ideologia patriarcal que mantém as mulheres afastadas da participação política formal”. Justifica esse fato na medida em que, além de dificultar as candidaturas femininas aos cargos eletivos de maior importância social, “não cria mecanismos de absorção dessa parcela significativa do eleitorado” (COSTA, 1998, p. 79 e 198). A autora culpa a baixa participação feminina nas estruturas do poder formal por promover o surgimento de certas crenças sobre a participação feminina entre os teóricos políticos e outros estudiosos.

Nas prefeituras pesquisadas, há ínfima relação entre suas práticas e os movimentos sociais, sobretudo feministas, apesar da participação das mulheres na política ter relações diretas com o movimento feminista, sobretudo, a partir do sufrágio feminino, divulgado pela história, mas quase silenciada sobre a intensidade das mulheres nesse sentido, sobretudo na década de 1930.

A participação das mulheres nesses movimentos rompe com a condição de invisibilidade pública. “A saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes e informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder em nível privado” (PINTO, 1992, p. 133), como também no público. O surgimento dos movimentos transformou a relação entre mulheres e homens e entre sociedade civil e Estado. Com o ingresso de novos sujeitos, essa trajetória torna as demandas específicas mais fortes e visíveis, se juntando às gerais para reivindicar melhorias e questionar as injustiças.

A luta pela cidadania feminina é um esforço no sentido de inclusão na esfera pública, ocasionada por uma exclusão desde sempre da civilização humana. Pateman (1993) demonstra que a matriz da cidadania e participação deixa de fora as mulheres, sobretudo no que tange aos direitos políticos. A cidadania das mulheres é limitada, imposta pela teoria do contrato sexual. “A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata do direito político como direito patriarcal ou instância do sexual, ou seja, o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 16).

Durante muito tempo na história, a transmissão do poder se deu através das sucessões familiares, mas com o advento da informação, do conhecimento e do sistema democrático, muito se alterou nas reações sociais, culturais e políticas. Isto posto, é compreensível o



posicionamento das prefeitas, quando afirmam o momento em que vivem como o mais importante, aquele que oportuniza conceber algo em favor do coletivo, o exercício de sua liderança para por em prática sonhos de realização no município onde nasceram e/ou que escolheram para viver e não viam acontecer em épocas passadas. O fato de ocuparem o lugar que sobrou para o “ideal de mulher livre que tanto sonhamos” e se o que restou disso foi uma “mulher prisioneira de sua natureza e homens intimados a mudar de cultura”. A progressão da condição das mulheres trás uma complexidade da problemática no tempo presente, “é preciso renunciar a uma visão angelical das mulheres que serve de justificativa para a demonização dos homens” (BADINTER, 2005, p. 92, 150 e 172). As mulheres se viram compartilhando não somente a casa com os seus companheiros, mas o mundo com os outros homens. Nesse sentido, a igualdade entre os sexos tornou-se o critério democrático. No entanto, as mulheres continuaram a assumir as tarefas familiares e domésticas e os homens mantiveram-se em suas condições, persistindo estereótipos previamente difundidos.

Entretanto, contar com mais mulheres na esfera da política é pressuposto da democracia, não somente porque é democrático e confere pluralidade de visões, mas também porque permite que suas experiências sejam disseminadas na esfera política, estimulando pessoas a atuarem em áreas diversas. A existência de categorias de distintos sujeitos sociais é constitutivo para ampliar a política de ideias. Contudo, isoladamente, a “política de presença” não é suficiente, é condição essencial para que seja conectada a uma “política de ideias” (PHILLIPS, 2001) é certo mulheres com consciência de gênero, aprofundamento da democracia e percepção de que a sociedade favorece os homens na atuação e nos processos de decisão. Em vista disso, possivelmente uma das mais privilegiadas trilhas para a compreensão do significado de política para as mulheres entrevistadas é o desafio, a possibilidade de poder fazer, “é um chamamento da população, um clamor difícil de recusar. Nesse momento, é preciso ter coragem para dizer sim!” (Prefeita CBMS, 2011).

As prefeitas confirmam o chamamento para atuar, participar e colaborar com os rumos do município, evitar o retrocesso, descaso e abandono de pessoas não comprometidas com a ética, o progresso e bem-estar dos seres humanos. Afirmam da urgência de ações implicadas nos princípios éticos e responsáveis para que suas ações estejam embasadas no pensar-fazer, ou seja, tem como o resultado a práxis. Em seu depoimento, a prefeita declara: “a partir do momento em que fui secretária da saúde, as pessoas começaram a me enxergar como gestora e



a me ver como candidata. Foi um chamamento da comunidade e eu tive que pensar muito. Resolvi enfrentar, aceitar o desafio, mais uma missão na minha vida” (Prefeita CBMS, 2011).

Dados que se configuram na estrutura da vida cotidiana, em que “ninguém se conscientiza separadamente dos demais”, é um processo inter-relacionado imbricado e com interfaces interdisciplinares. Não se trata de alguém com poderes extraordinários para modificar suas atitudes e as dos outros. Pelo contrário, trata-se de ente para pensar a coletividade, inculcar nelas uma educação para todos, onde cada cidadão possa colaborar com a melhoria na condição de vida. Para esse intento, as consciências “se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização. Reencontrar-se como sujeito e libertar-se é todo o sentido da práxis que leva à liberdade e à ação. A consciência abre-se para a prática da liberdade” (FREIRE, 1987, p. 20); entretanto, não é um processo simples; exige-se muita ação e reflexão para transformar o sentimento usual de oprimido em uma ação consciente e libertadora.

Pessoas oprimidas descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente, desejam, mas temem. Concomitantemente, trava-se o conflito entre seguir suas ideias ou as de outros. Entre expulsar ou não o opressor de “dentro” de si, deixar ou manter alienado, seguir prescrição ou ter opção, ser espectador ou ator, atuar ou ter ilusão, dizer a palavra ou não ter voz, limitado no seu poder de criar e recriar e de transformar o mundo. Em um pensar consciente, ação e mundo estão próximos, sendo a ação humana quando ultrapassa simplesmente o puro fazer, para uma prática reflexiva. Daí que não cheguem a ser “consciência para si”, são atuações superficiais, de docilidade, fruto de uma situação histórica e não um traço da essência da pessoa na ação associada à obrigação para que se concretize no cotidiano. “Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis” (CAVALCANTI, 2004, p. 24).

Prepondera nas prefeitas pesquisadas uma variedade diversificada de enfrentamento das adversidades na vida pública. Entretanto, a abordagem da consciência revela muitos aspectos da experiência desprezados pela política; ademais são de concepções distintas, sobretudo dos movimentos e da teoria feminista que entende o crescimento da atuação feminina como “multifacetado e contraditório”. Para aquelas mais próximas ao movimento de mulheres, há uma melhor possibilidade de compreensão das “raízes” da opressão. Verificar a consciência, levando-se em conta os “campos do político, do econômico, cultural, social e pessoal



impossibilita que se comece a ver como as diferentes formas se alimentam e sustentam mutuamente”. As experiências de subordinação das mulheres não possuem uma definição única. As complexidades são reais e para desenvolver a consciência crítica leva tempo e amadurecimento pessoal, nem sempre visível aparentemente, sobretudo naquelas que mais sofrem para impor sua posição social e na atuação pública. A abordagem pessoal da consciência possui relevância. “O slogan ‘o que é pessoal é político’ foi importante no movimento de mulheres. Seu surgimento indica como mudanças nas relações de gênero afetaram os termos em que se podem ver as noções de identidade individual no capitalismo moderno” (ROWBOTHAM, 1981, p. 111 e 131).

O pensamento e a ação dessas mulheres passam a ser considerados em seu alcance histórico e não mais em termos de processo de formação da personalidade individual. O sentido dessa consciência de si persegue a possibilidade de que elas venham a suscitar uma ação coletiva. A lógica entre opressor e oprimido sempre vai existir (FREIRE, 1987), mas é necessário um trabalho de conscientização do primeiro, para que este, ao participar das decisões do poder ou tomar o poder em si, não utilize os mesmos instrumentos totalitários e repressivos dos quais foi vítima um dia. A fim de alcançar esse patamar, alerta-se para a necessidade de uma mudança na forma de pensar da sociedade. Orienta-se para o desenvolvimento de uma consciência crítica, envolvendo o entendimento de como se dão as relações de poder na sociedade e como estas moldam as experiências e percepções, contribuindo para o resgate da autonomia e do poder pessoal. Sugere-se uma educação problematizadora como um fazer humanista e libertador, a fim de que a sociedade lute por sua emancipação.

A consciência e a identidade são guiadas por mecanismos similares, a identidade é um projeto em devir e implica na construção de novas representações, transformação dos conteúdos sociais e produção de novos significados. “A consciência é o que se é, ela permite pensar as relações nas quais se insere, tal como existem no momento presente. Mas não traz forçosamente consigo um projeto de emancipação” (LAVINAS, 1992, p.15). Esse processo de emancipação a partir da transformação da identidade em consciência, apontado por Lavinas é o que se deseja para as mulheres na representação política. O despertar nelas o surgimento de uma consciência de gênero que reconheça as desigualdades e que se projeta algo novo para reelaborar as desigualdades vividas é que podem transformar na prática de equidade. Com mais mulheres investidas no cargo de prefeita, outras tendem a se interessar pela política institucional. A ideia é que provoquem mudanças, de cunho eficiente, em prol de alternâncias



no sistema dominante existente. Os dados utilizados, bem como a direção das próprias análises induzem evidentemente a atribuir às prefeitas municipais, um papel determinante na reelaboração de uma reflexão sobre o sujeito. Entretanto, é possível que nas entrevistas o real não coincida exatamente com as representações sociais que se detecta em suas vozes. Além do mais, a subjetividade e a interpretação deixam de ser algo estático para ser dinâmico. Nas reminiscências fazem-se presentes melancolias, sobretudo por promessas de campanha que não foram possíveis de cumprir, como se revelam, ainda, duradouros laços de desejos de continuar uma relação criada com a população.

As prefeitas tecem suas memórias carregando-as de condicionais, de tempos pretéritos que se entrelaçam, talvez de forma confusa, sobre seus papéis em um mundo tradicionalmente masculino que se descortina com suas presenças e atuações. Ao selecionar e recuperar algumas memórias e tentar narrar e apreender instantes de tempos vividos forma eventos, fundindo os horizontes em uma experiência de lembrar emoções e obstáculos. Por vezes, são validadas referenciais metodológicas de amplo espectro, uma vez que a própria temática o exige, sem delimitações por esta ou aquela tendência historiográfica, acolhendo ideias como as lembranças e as lutas cotidianas, utilizando os métodos mais compatíveis com as fontes que se entrelaçaram nesse estudo.

É visível as múltiplas discriminações sofridas pelas mulheres na sociedade. Chamou atenção para os problemas de gestão, decorrentes de interesses políticos partidários, ineficiência da qualificação de pessoal e preparação na gestão pública voltada para atender aos interesses pessoais e de grupos, onde a hereditariedade e a herança política dita as regras, muitas vezes, incompatíveis com as habilidades e vocações pessoais. As possibilidades de um aprendizado, onde algumas se sobressaem devido ao capital político e social advindos de posição ocupada no interior das famílias envolvidas em assuntos da administração pública e de governabilidade é uma realidade.

As mulheres fizeram revelações surpreendentes, pensamentos e detalhes jamais confessados e que se emocionaram ao narrá-los. Em alguns casos possuem consciência do papel a desempenhar, em outros não se consegue nem ao menos pensar no assunto. Nesse contexto, há um turbilhão de problemas de ordem política e que invade suas atuações impedindo de que ideias anteriormente, pensadas ou não, sejam substituídas por questões rotineiras do dia-a-dia fugindo de um planejamento a priori, sobretudo em questões específicas para as mulheres. O processo é tão complexo que, ao se eleger, o tempo e os recursos



tornam-se mínimos frente às demandas da população. Inclusive em municípios com uma margem ínfima de recebimento de recursos próprios essa lógica é preponderante.

Sem uma visão e atuação de mulheres feministas e revolucionárias que lutam contra tudo e contra todos em prol de interesses específicos de uma bandeira e militância com um único ideal de extinguir as hierarquias entre homens e mulheres elas estão cercadas de dificuldades, de problemas impostos por uma cultura de base patriarcal, embasadas em um sistema de um Brasil com um passado recente de colonialismo rural, com vícios de um sistema oligárquico, com bases em fundamentos coronelistas e clientelistas, em que o mandonismo local foi a prática frequente, sem falar em outros vícios como a corrupção que destrói o serviço público no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algo emerge para as relações, sobretudo políticas. Nas mulheres pesquisadas, os estereótipos são identificados nos discursos seus e dos “outros” sejam elas próprias que fazem parte dessa rede. A fratura entre o privado e o público, entre o indivíduo e o cidadão são, em algumas partes, desmistificadas no grupo social. O referencial proposto terminou por alguns achados na pesquisa realizada com as mulheres imbuídas no cargo de gestora do poder executivo local no Estado da Bahia, permitindo evidenciar que ser mulher e prefeita – jovem, adulta ou na maturidade – vai definir diferentes vivências dessa situação.

Trabalhou-se com alguns conceitos, em uma perspectiva que ultrapassa o tempo e o espaço, redimensionando-os através de uma multireferencialidade de composições plurais. Apesar delas se inserirem na política, não o fazem de maneira impulsionada pelos movimentos sociais, sobretudo pelo movimento feminista. Suas entradas são, na maioria das vezes, ocasionais e irrefletidas, com fortes ligações de parentesco, ademais os estereótipos e preconceitos são diversos. Verificou que a existência de intolerâncias é mais acentuada nos partidos políticos do que no seio do eleitorado.

As mulheres de que trata este estudo não constituem um grupo estreitamente coeso com interesses, antecedentes, valores, comportamentos e peculiaridades homogêneas. Ao invés disso, pertencem a classes sociais, raças/etnias, origens familiares e municípios distintos; têm histórias, necessidades e aspirações diversas. Por conta disso, não é apropriado falar das



perfeitas como um grupo e como uma expressão homogênea da política na Bahia. Rejeita uma lógica reducionista que visa rotular as gestoras e suas administrações como bem ou mal sucedidas. Em nenhum momento se discute como deveriam ser suas atuações, mas como elas percebem e compreendam que seja. O estudo permitiu constatar que a participação feminina nos quadros burocráticos e políticos, dentro do processo contemporâneo, não só indicam uma efetiva cidadania e espaços conquistados, como comprometimento, empenho e responsabilização pelos problemas da humanidade na construção de um mundo melhor e mais igualitário, mas muitos outros interesses estão em cena.

Não se pode concluir que haja “empoderamento” pelo simples fato delas estarem na política representativa. É possível afirmar que a reprodução do ciclo/essencialização das experiências de vida pessoal e profissional coadunam com a possibilidade de um espaço de poder e de luta pela causa pública. No âmbito público da política formal recebem influências de uma tradição conservadora que remete a elas o prolongamento das funções do cuidar e da produção do feminino. Entre o caminho e o caminhar, o passado e o futuro se mesclam e o presente acontece entre ranços e avanços. Algumas conseguem realizações, mas distantes de ser percebido em sentido de mudanças profundas, quando a potencialidade de ser sujeito: participar, circular no público e separar o determinismo, a obrigação e o afeto.

No que tange à “política de presença” e a “política de ideias”, ou seja, representação descritiva e de “interesses das mulheres” com projetos em uma perspectiva feminista e emancipacionista ainda estão distantes da realidade. Há um começo, e avança-se a cada dia, sobretudo quando promove ações que impulsionam o Estado a elaborar políticas públicas de cunhos emancipacionistas. Os desafios são implantados em diversas frentes para se chegar a uma conscientização propulsora para a equidade nas relações de gênero na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A promessa da política*. Relógio D'Água Editores: Lisboa, 2007.

A TARDE. *TRE notifica partidos por descumprir cota feminina de 30% na Bahia*, jornal. Salvador, 2014.

BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado. O feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



BARBOSA, Claudia de Faria CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon Disparidades de gênero na política local brasileira: ranços e avanços. In: SMITH e GONZÁLEZ (org.) *Mujeres em el Mundo: Colonialismo, racismo, redes, violência de gênero, política y ciudadanía*. Valencia, Venezuela: Universidade de Carabobo, 2011, p.135-155.

BARBOSA, Cláudia de Faria. *Famílias pressupostos para política local: sombra ou alicerce?* (Dissertação), Salvador: Universidade Católica de Salvador - UCSAL, 2008.

BARBOSA, Claudia de Faria. *Diálogos com as mulheres na política local baiana: famílias, tradições e representações entre o público e privado, 2009-2012*. (Tese). Salvador: UCSAL, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 12ª Ed. Lisboa: 1977.

BLAY, Eva. *As Prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Escritura & Memória na formação de mulheres entre 1870 e 1940. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia, 153-176. Jul./Dez. 2004.

COSTA, Ana Alice. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM – UFBA: Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAVINAS, Lena. Identidade de gênero. Um conceito da prática. In: *Encontro Anual da Anpocs*, 12, Caxambu, 1992.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2009.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PHILLIPS, Anne. Gênero y teoria democrática. In: *Feminismo y democracia e Los debates Clássicos*. México: PUEG, 1996, p. 13- 65.

_____. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, v. 9, 2001, p. 268-290.

PINTO, Celi Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 256-270.

ROWBOTHAM, Sheila; SEGAL, Lynne & WAINWRIGHT, Hilary. *Além dos fragmentos: o Feminismo e a construção do Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.



SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Disponível em:

<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 14 junho 2010.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.